



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

## DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA MECÂNICA E METALÚRGICA

Reunião Ordinária nº	<b>561</b>
Decisão CEEMM/SP nº	<b>171/2018</b>
Referência:	Processo nº <b>SF-440/2017 P1</b>
Interessado(a):	<b>Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT</b>

**EMENTA:** Infração ao artigo 82 da Lei nº 5.194/66**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Engenharia Mecânica e Metalúrgica, reunida em São Paulo, no dia 30 de janeiro de 2018, apreciando o processo **SF-440/2017 P1**, que trata do assunto em referência e considerando os artigos 1º e 2º da Lei nº 4.950-A/66; considerando o *caput* e a alínea “a” do artigo 7º, *caput* e a alínea “a” do artigo 46 e art. 82 da Lei nº 5.194/66; considerando os artigos 1º e 2º da Resolução nº 397/95 do Confea (Dispõe sobre a fiscalização do cumprimento do Salário Mínimo Profissional.); considerando a Informação nº 121/2013 – PROJUR/SCT da Procuradoria Jurídica (fls. 10/11-verso), exarada no processo **SF-000123/2015**, a qual consigna: O destaque para o atual posicionamento do Supremo Tribunal Federal (Súmula nº 4 do STF), bem como para o fato que é razoável entende que a Lei nº 4.950-A/66 não pode ser utilizada para o fim de reajuste salarial, no entanto, para o fim de definição do piso de contratação inicial, a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho tem se posicionado no sentido de que a Lei nº 4.950-A/66 foi recepcionada pela atual Constituição Federal; considerando o seguinte entendimento: “Destarte, considerando o exposto e com o devido respeito aos entendimentos em contrário, entendo que, por enquanto, mesmo após a edição da Súmula Vinculante n.º 4 do STF, ainda está em vigor o cumprimento do Salário Mínimo Profissional para os profissionais definidos no artigo 1º da Lei n.º 4.950-A/66, no que tange ao salário inicial de contratação, mesmo para empregados públicos celetistas, não operando efeitos a referida norma quanto aos reajustes salariais subsequentes à contratação. Repise-se que a referida lei não se aplica aos servidores públicos estatutários.”; considerando o Ofício Circular nº 4145 do Confea datado de 27/11/2017 (fl. 12) consignando o recebimento da decisão liminar proferida nos autos do processo 1015587-69.2017.4.01.34000 movida pelo Ministério Público Federal em face do Confea (fls. 32/33-verso) que consigna: “(...) DEFIRO A TUTELA DE URGENCIA, para determinar que o CONFEA se abstenha de exigir a inscrição, bem como todas as obrigações dela decorrentes, dos profissionais ocupantes de cargos públicos para os quais a lei estabeleceu provimento por profissionais que não sejam engenheiros ou engenheiros-agrônomos.”; considerando a determinação de que todos os Creas se abstenham de exigir a inscrição de profissionais ocupantes de cargos públicos, bem como todas as obrigações dela decorrentes; considerando o Ofício Circular nº 4145 do Confea datado de 27/11/2017 (fl. 31) consignando o recebimento da decisão liminar proferida nos autos do processo 1015587-69.2017.4.01.34000 movida pelo Ministério Público Federal em face do Confea (fls. 32/33-verso) que consigna: “(...) DEFIRO A TUTELA DE URGENCIA, para determinar que o CONFEA se abstenha de exigir a inscrição, bem como todas as obrigações dela decorrentes, dos profissionais ocupantes de cargos públicos para os quais a lei estabeleceu provimento por profissionais que não sejam engenheiros ou engenheiros-agrônomos.”; considerando a determinação de que todos os Creas se abstenham de exigir a inscrição de profissionais ocupantes de cargos públicos, bem como todas as obrigações dela decorrentes, **DECIDIU aprovar o parecer do Conselheiro relator constante de folhas nº 17 a 19, quanto ao**



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

encaminhamento do processo à Procuradoria Jurídica para fins de informação quanto a: 1. A possibilidade quanto ao prosseguimento da análise relativa ao cumprimento do salário mínimo relativo ao profissional Alfredo Demestres Vidal, em face do exposto no Ofício Circular nº 4145 do Confea. 2. Que no caso da possibilidade de prosseguimento do processo, quanto ao(s) dispositivo(s) a serem observados pelo Conselho na fiscalização e as respectivas penalidades aplicáveis, com base no princípio da legalidade: 2.1. O artigo 82 da Lei nº 5.194/66: 6 (seis) salários mínimos com penalidade por sua infração prevista na alínea “a” do artigo 73 desta lei; ou 2.2. A Lei nº 4.950-A/66: 8,5 (oito vírgula cinco) salários mínimos. 2.2.1. Obs.: Neste caso solicitamos a identificação da penalidade a ser aplicada pelo Conselho, por infração a esta lei. Coordenou a reunião o Senhor Coordenador Januário Garcia. Coordenou a reunião o Senhor Coordenador Januário Garcia. Votaram favoravelmente os Conselheiros Adnael Antonio Fiaschi, Adolfo Bolivar Savelli, Antonio Carlos Guimarães Silva, Antonio Fernando Godoy, Ayrton Dardis Filho, Camilo Mesquita Neto, Celso Rodrigues, César Marcos Rizzon, Cláudio Buiat, Cláudio Hintze, Dalton Edson Messa, Demétrio Elie Baracat, Edilson Reis, Egberto Rodrigues Neves, Fernando Antonio Cauchick Carlucci, Fernando Eugenio Lenzi, Francisco Nogueira Alves Porto Neto, Gilberto de Magalhães Bento Gonçalves, Gilmar Vigiodri Godoy, Itamar Rodrigues, Januário Garcia, José Antonio Nardin, José Ariovaldo dos Santos, José Geraldo Baião, José Geraldo Trani Brandão, José Júlio Joly Júnior, José Manoel Teixeira, José Roberto Martins Segalla, Juliano Boretti, Luiz Augusto Moretti, Luiz Fernando Ussier, Marcelo Wilson Anhesine, Marcos Augusto Alves Garcia, Mário Antonio Masteguín, Maurício Pazini Brandão, Maurício Uehara, Miguel de Paula Simões, Nelo Pisani Júnior, Ney Wagner Gonçalves Ribeiro, Odair Bucci, Paulo Eduardo Grimaldi, Pedro Carvalho Filho, Rodolfo Fernandes More, Rui Evangelista dos Santos, Tadeu Gomes Esteves da Cunha, Wendell Roberto de Souza e Wilton Mozena Leandro. Não houve votos contrários nem abstenções.

*Cientifique-se e cumpra-se.*

São Paulo,                      de                      de 2018.

**Eng. Oper. Mec. Máq. Ferram. e Eng. Seg. Trab. Januário Garcia**  
**Creasp 0601059502**  
**Coordenador da CEEMM**